

**XV CONCURSO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

(1ª FASE - 1ª PROVA)

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () estão banidas a ascensão e a transferência como formas de ingresso em carreira diversa daquela que o servidor público começou por concurso;
- b - () são nulos os contratos de trabalho entre pessoas jurídicas de direito público e servidores que não se submeteram a concurso público, exceto os contratos celebrados anteriormente a edição da Constituição Federal de 1988;
- c - () quando pessoas jurídicas de direito público contratam servidores pelo regime jurídico da CLT, despem-se de seu *jus imperii*, equiparando-se aos particulares, razão pela qual não são nulos os contratos de trabalho de servidores que não se submeteram a concurso público, considerando que o pacto laboral é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego, não existindo forma especial prevista em lei para exteriorização da vontade dos contratantes;
- d - () a Justiça do Trabalho detém competência legal para pronunciar-se sobre a nulidade do ato administrativo de nomeação de servidor público celetista, mas não detém idêntica competência em se tratando de servidor não concursado, admitido para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, na forma estabelecida em Lei Municipal;
- e - () a autonomia conferida pela Constituição Federal aos Estados e Municípios não os dispensam de observar as Leis Federais de proteção ao trabalho quando contratam servidores pelo regime da CLT;

2. Assinale a Alternativa correta:

- a - () o servidor público *stricto sensu* insere-se na categoria de agentes políticos, também chamados agentes administrativos;
- b - () aos servidores públicos civis e militares é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e vencimentos decorrentes do exercício de cargo, emprego ou função pública, excetuando apenas os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- c - () os agentes políticos são espécie do gênero agentes públicos, mas os agentes honoríficos não são;
- d - () os poderes administrativos do Estado são estruturais e orgânicos, enquanto os poderes políticos são instrumentais;
- e - () todas as alternativas anteriores são incorretas;

3. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () o regime jurídico dos funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista é o celetista;
- b - () as autarquias e fundações públicas integram a Administração Pública Indireta;

- c - () a validade do contrato de trabalho dos funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista subordina-se à prévia aprovação em concurso público;
- d - () as sociedades de economia mista e empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado;
- e - () as empresas públicas e sociedades de economia mista exploram atividade econômica e seus empregados são contratados necessariamente pelo regime da CLT, não havendo exigência legal de concurso público para se estabelecer contrato de trabalho válido;

4. Assinale a alternativa correta:

- a - () a nulidade do ato jurídico opera efeito *ex tunc*, sendo inviável a restituição das partes ao *statu quo ante* em caso de nulidade do contrato de trabalho, razão pela qual a CLT prevê a indenização devida ao empregado;
- b - () a CLT é omissa quanto a indenização devida ao empregado em caso de nulidade do contrato de trabalho, devendo ser aplicado o direito comum;
- c - () a CLT estabelece que nenhuma indenização é devida ao empregado em caso de nulidade do contrato de trabalho;
- d - () para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal Direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos na lei específica, sem necessidade de concurso público;
- e - () são corretas apenas as alternativas “b” e “d”;

5. Assinale a alternativa correta:

- a - () em regra, os atos administrativos devem ser motivados em obediência ao princípio da legalidade, exceto os atos discricionários, que dispensam a motivação, diante do poder que o direito concede à Administração, de modo implícito ou explícito, para praticá-los com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo;
- b - () a responsabilidade da Administração pelos atos discricionários é menor que a decorrente dos atos vinculados;
- c - () os poderes Legislativo e Judiciário ao praticarem um ato administrativo desempenham suas atribuições específicas;
- d - () toda forma estabelecida para o ato administrativo é substancial, mas o defeito material na forma é corrigível e não anula o ato;
- e - () o mérito do ato administrativo vinculado é requisito indispensável à sua formação;

6. Assinale a alternativa correta:

- a - () quando a Administração Pública pratica atos ou celebra contratos em regime de Direito Privado (Civil ou Comercial), no desempenho normal de suas atividades, pode revogá-los sem anuência da parte contrária, desde que a revogação tenha por finalidade atender aos princípios da legalidade e moralidade;
- b - () cabe aos órgãos do Poder Judiciário a valoração do mérito dos atos administrativos discricionários, mesmo na hipótese de inexistir ilegalidade resultante de abuso ou desvio de poder;

- c - () atos de gestão são os que a Administração pratica usando de sua supremacia sobre os destinatários;
- d - () em face de atributo específico do ato administrativo, os recibos de quitação ou pedidos de demissão dos empregados das pessoas jurídicas de direito público e de suas autarquias e fundações públicas, ainda que não homologados nem submetidos à assistência sindical ou do órgão do Ministério do Trabalho, gozam presunção de validade *juris et de jure*;
- e - () a revogação é um dos meios de invalidação dos atos administrativos e pressupõe um ato legal e perfeito, operando a revogação efeitos *ex nunc*;

7. Assinale a alternativa correta:

- a - () nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada o uso da firma compete sempre ao sócio majoritário;
- b - () nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada o uso da firma compete sempre a todos os sócios;
- c - () nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada a gerência compete apenas aos sócios indicados no contrato social, mas qualquer dos sócios pode representar a sociedade em Juízo e assumir obrigações em nome desta, desde que não pratique atos contrários ao objeto social;
- d - () nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, somente aos sócios indicados no contrato social cabe o uso da firma, porém, na falta de previsão contratual, até mesmo os sócios minoritários poderão utilizá-la, inclusive podendo delegá-la a terceiro que não seja sócio;
- e - () nenhuma das alternativas é correta;

8. Sobre a responsabilidade pessoal dos sócios, nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, é correto afirmar:

- a - () o sócio somente responde com seu patrimônio particular, por dívidas da sociedade, na hipótese de ser aplicada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica;
- b - () o sócio responde subsidiariamente pelas dívidas da sociedade até o valor de sua quota;
- c - () o sócio não responde por dívidas da sociedade se já houver integralizado sua cota, salvo no caso de ser aplicada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica;
- d - () o sócio sempre responde solidariamente pelas dívidas da sociedade em caso de falência;
- e - () nenhuma das assertivas é correta;

9. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () nas sociedades em nome coletivo, qualquer sócio pode utilizar a firma social, mas o contrato social pode designar apenas algum ou alguns dos sócios para exercer a gerência da sociedade;
- b - () nas sociedades em nome coletivo todos os sócios são ilimitada e solidariamente responsáveis pelas obrigações sociais, porém respondem apenas subsidiariamente por essas obrigações;

c - () nas sociedades em comandita simples, não podem os sócios comanditários praticar ato algum de gestão, nem atuarem como procuradores nos negócios da sociedade, sob pena de ficarem solidariamente responsáveis pelas obrigações da sociedade;

d - () nas sociedades em comandita simples, todos os sócios que derem nome à razão social respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais;

e - () nas sociedades de capital e indústria, o sócio de indústria, desde que não utilize a firma social, não responsabiliza seu patrimônio particular por dívidas da sociedade, ainda que contribua para o capital social com alguma quota em dinheiro;

10. Assinale a alternativa correta:

a - () as sociedades anônimas respondem por todos os seus débitos até o limite de seu capital social;

b - () no silêncio do estatuto e inexistindo deliberação da Assembléia Geral, competirá a qualquer membro do Conselho de Administração a representação da companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular;

c - () os acionistas somente respondem pela integralização de suas cotas, mesmo que ocorra a falência da companhia antes de integralizado totalmente seu capital social;

d - () todos os acionistas que compõem a Assembléia Geral são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas da sociedade, em caso de falência, se não estiver totalmente integralizado o capital social;

e - () as alternativas “a”, “b” e “c” são corretas;

11. Sobre os crimes contra a administração da justiça é correto afirmar:

a - () a emissão de cheque sem fundos como parte de lance em arrematação judicial constitui crime de estelionato;

b - () no delito de reingresso de estrangeiro, verificada a injustiça e a inconveniência da expulsão, é possível a extinção da punibilidade;

c - () o crime de falso testemunho se consuma no momento do proferimento da sentença, quando a prova falsa pode influir na convicção do juiz;

d - () incorre no crime de patrocínio infiel o advogado negligente que deixa de alegar matéria de defesa em favor de seu constituinte, gerando prejuízo;

e - () no crime de denúncia caluniosa, a honra da pessoa acusada constitui objeto jurídico secundário;

12. Sobre os crimes contra a honra é correto afirmar:

a - () calúnia praticada contra pessoa morta constitui crime impossível;

b - () injúria é a imputação a alguém de fato ofensivo a sua reputação;

c - () o pedido de explicações é cabível em caso de ofensa irrogada em juízo;

d - () a injúria real admite concurso com o crime de lesões corporais;

e - () nenhuma das alternativas é correta;

13. Sobre as excludentes de ilicitude é correto afirmar:

a - () a pessoa detentora de dever contratual de enfrentar o perigo pode alegar o estado de necessidade;

- b - () admite-se a legítima defesa em agressão transata;
- c - () o estado de necessidade não guarda pontos comuns com a legítima defesa;
- d - () admite-se a legítima defesa apenas para defesa de direito próprio;
- e - () a defesa da posse, pelo desforço imediato, após a consumação do esbulho, constitui hipótese de legítima defesa;

14. Sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade é incorreto afirmar:

- a - () a perícia técnica de insalubridade pode ser validamente realizada por engenheiro do trabalho, inscrito no Ministério do Trabalho;
- b - () o adicional de insalubridade, segundo interativa jurisprudência dos pretórios trabalhistas, incide sobre o salário mínimo, mesmo diante da vedação constitucional da vinculação deste para qualquer fim;
- c - () a insuficiência de iluminação no local de trabalho, verificada mediante aferição do número de lux, enseja direito ao adicional de insalubridade, segundo as normas do Ministério do Trabalho;
- d - () apesar de possuírem natureza jurídica salarial, por constituírem complementos destinados a compensar o empregado pelo trabalho em condições adversas, diferentes das usuais, os adicionais em foco podem ser validamente suprimidos da remuneração do empregado caso extirpado o agente perigoso ou insalubre, sem que haja ofensa à garantia da irredutibilidade de salário;
- e - () o adicional de periculosidade não é devido a todos os empregados que lidam direta ou indiretamente em contato com energia elétrica;

15. Sobre as chamadas profissões regulamentadas é correto afirmar:

- a - () o vendedor praticista ou viajante tem direito a acréscimo salarial quando realiza serviços estranhos às vendas;
- b - () o tempo destinado aos ensaios dos músicos não é computado como de serviço efetivo;
- c - () o empregado doméstico não tem direito ao recebimento de vale transporte, já que este benefício não se acha elencado no artigo 7º, § único, da Constituição Federal;
- d - () ao aeronauta é assegurado em lei o direito à conversão de parte de suas férias em abono pecuniário;
- e - () o advogado empregado tem sua jornada de trabalho limitada a seis horas contínuas e trinta semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva;

16. Sobre a cessação do contrato de emprego é correto afirmar:

- a - () a aposentadoria do empregado sempre acarreta a extinção do contrato;
- b - () resilição é o nome dado à extinção do contrato por motivo de inexecução faltosa de um dos contratantes;
- c - () resolução é o nome dado à extinção do contrato por ato unilateral de iniciativa das partes;
- d - () o pedido de demissão só é válido por escrito, e em se tratando de empregado com mais de um ano de casa, mediante homologação junto ao órgão competente;

e - () nenhuma das alternativas é correta;

17. Sobre as relações de trabalho rural é correto afirmar:

- a - () empregado rural não tem direito a salário-família;
- b - () empregado rural não tem direito a hora noturna reduzida;
- c - () trabalhador rural volante não tem direitos sociais;
- d - () empregado rural menor de 16 anos tem direito a salário mínimo integral;
- e - () empregado rural tem direito à integração na remuneração da utilidade moradia fornecida com habitualidade em qualquer caso;

18. Sobre justa causa é incorreto afirmar:

- a - () as hipótese legais constituem *standards* jurídicos;
- b - () indisciplina é o desrespeito às ordens dos superiores hierárquicos, dentro das atribuições inerentes ao emprego;
- c - () o não pagamento da fatura de cartão de crédito constitui motivo relevante para a dispensa motivada do bancário;
- d - () a imputação por motivo de embriaguez vem recebendo enfoque restritivo;
- e - () o atentado a segurança nacional ainda hoje enseja a justa causa;

19. Sobre a composição da remuneração, observada a jurisprudência majoritária do tribunal superior do trabalho, é correto afirmar:

- a - () o cálculo dos repousos semanais deve considerar o adicional de insalubridade pago com habitualidade;
- b - () o adicional noturno não integra a base de cálculo das horas extras;
- c - () as gorjetas incidem no cálculo do aviso prévio;
- d - () somente em caso de força maior é possível a redução de salários;
- e - () é devido o adicional noturno quando ocorre prolongamento de jornada que invade o horário diurno;

20. João recebeu aviso prévio em 10/04/1999, notificando-o de que deveria ser cumprido até 09/05/1999, nos termos do artigo 488 da CLT. Recebeu suas verbas rescisórias em 10/05/1999, calculadas com base no valor do salário de abril. Todavia, por ocasião de sua data-base, em 1º/05/1999, foi firmada convenção coletiva concedendo reajuste salarial de 5% a toda a categoria. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () a dispensa é nula pois ocorrida nos trinta dias que antecedem a data-base;
- b - () a dispensa é válida mas o empregado tem direito ao recebimento da multa estipulada no artigo 9º da Lei 7.238/84, por ter ocorrido no trintídio que antecede a data-base;
- c - () o cálculo das verbas rescisórias está correto pois efetuado com base no valor do último salário recebido;
- d - () o cálculo das verbas rescisórias está incorreto, pois as parcelas deveriam ter sido pagas com base no novo valor do salário corrigido pelo reajuste concedido na data-base;

e - () o pagamento das parcelas rescisórias está correto, com exceção apenas do aviso prévio, que deveria ser calculado com base no salário de abril quanto ao período trabalhado até o dia 30 e, com base no novo salário em relação ao período trabalhado até o dia 09 de maio;

21. Carlos ajuizou reclamação trabalhista alegando rescisão indireta de seu contrato de trabalho porque o empregador se recusou a conceder-lhe férias e requerendo o pagamento de verbas rescisórias. Neste caso, é correto afirmar:

a - () a ação é procedente porque conceder férias é obrigação contratual, cuja violação configura falta grave;

b - () a ação é improcedente porque conceder férias é obrigação legal e o artigo 483, letra “d”, da CLT, só se refere a obrigação contratual;

c - () a ação é procedente porque não tem fundamento jurídico a distinção entre obrigação legal e contratual com o objetivo de excluir a primeira da possibilidade de denúncia contratual;

d - () a ação é procedente porque as férias representam um dos direitos mais importantes e necessários para preservar a saúde do trabalhador;

e - () a ação é improcedente porque a falta de concessão de férias não impossibilita a manutenção do vínculo empregatício e o empregado pode pleitear judicialmente a sua fruição, com a condenação do empregador ao cumprimento da obrigação de concedê-las, inclusive sob pena de pagamento de multa;

22. Mário foi dispensado sem justa causa em 31/08/1989 e, um mês depois, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando verbas rescisórias em janeiro de 1993, analisando alguns recibos de pagamento, verificou que deixou de receber inúmeras horas extras e interpôs outra ação requerendo o pagamento de horas extras e reflexos. A reclamada alegou a ocorrência de prescrição. Neste caso, é correto afirmar:

a - () a reclamada tem razão e a segunda ação deve ser extinta com julgamento de mérito, por ter ocorrido prescrição total;

b - () a segunda ação deve ser apensada à primeira por haver conexão entre os respectivos objetos;

c - () a primeira ação deve ter seu trâmite suspenso até o trânsito em julgado da segunda, para que ambas possam ser executadas conjuntamente;

d - () não ocorreu prescrição porque o ajuizamento da primeira ação em 1989 interrompeu o decurso do prazo prescricional;

e - () deve ser acolhida apenas a prescrição quinquenal;

23. Antônio celebrou com Bernardo contrato verbal de pequena empreitada para azulejar quatro paredes de um banheiro e cumpriu o avençado. Todavia, recebeu apenas parte do pagamento combinado. Neste caso, é correto afirmar:

a - () a diferença deve ser pleiteada junto a Justiça Comum;

b - () deve ser acionada a Justiça Trabalhista para que o devedor seja obrigado a pagar corretamente o valor combinado pela pequena empreitada;

c - () deve ser acionada a Justiça Trabalhista para pleitear o vínculo empregatício e o pagamento integral de todas as demais verbas trabalhistas;

- d - () deve ser feito Boletim de Ocorrência na Polícia por retenção dolosa de salários;
- e - () a cobrança judicial é impossível por inexistir contrato escrito;

24. Em reclamação Trabalhista, quando reclamante e reclamado comprovadamente detiverem nos autos a condição recíproca de credor e devedor, a compensação:

- a - () deve ser reconhecida de ofício, independentemente de qualquer alegação;
- b - () depende de requerimento expresso para ser deferida e tal alegação pode ser feita em qualquer fase processual;
- c - () depende de requerimento expresso para ser deferida mas este tem que ser feito antes da proferição da sentença;
- d - () depende de requerimento expresso para ser deferida mas tal alegação só é admissível com a contestação, oportunidade em que é argüida como matéria de defesa;
- e - () só pode ser requerida em fase de execução;

25. Sobre a responsabilidade da empresa por atos de seus empregados é correto afirmar:

- a - () depende da comprovação de dolo do agente;
- b - () depende apenas da comprovação da ocorrência dos fatos alegados;
- c - () decorre de risco da atividade empresarial, bastando a prova do nexo causal entre o ato praticado por seus empregados no exercício da atividade laboral e a lesão;
- d - () depende da comprovação de que o empregador contribuiu para a ocorrência da lesão;
- e - () só pode ser reconhecida quando o ato é praticado dentro das dependências físicas do estabelecimento;

26. Em 1º/12/1998 a reclamada contratou, pelo período de experiência de 90 dias, uma cozinheira para preparar e servir o lanche da tarde diariamente. No dia 20/02/1999, a empregada compareceu ao departamento pessoal e apresentou atestado médico comprobatório de sua gravidez, alegando que tinha estabilidade e, portanto, deveria o contrato permanecer em vigor mesmo após expirado o prazo de 90 dias. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () a empregada tem razão, A estabilidade deve ser reconhecida até 5 meses após o parto;
- b - () a empregada tem razão mas a estabilidade só vai até 92 dias após o parto;
- c - () a empregada tem razão mas a estabilidade só vai até o parto
- d - () a empregada não tem razão. Por ter firmado idôneo contrato de experiência por prazo determinado, a vigência contratual cessa completamente após os 90 dias, inexistindo qualquer estabilidade;
- e - () a empregada tem razão apenas parcial. Durante toda a gravidez o contrato é interrompido e passa a vigorar pelo período restante, após o parto;

27. Sindicato Profissional ajuizou ação de cobrança na Justiça do Trabalho requerendo que a empresa efetuasse o desconto e o recolhimento da contribuição sindical obrigatória, devida pelos seus empregados. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () deverá ser declarada a incompetência da Justiça Trabalhista para conhecer e decidir a lide pois, face a natureza do objeto, a competência é da Justiça Comum;
- b - () a ação deverá ser extinta por ilegitimidade de parte pois a empresa não é a devedora da contribuição sindical;
- c - () a ação é procedente pois cabe a empresa efetuar o desconto e o recolhimento;
- d - () a ação só será procedente se os empregados autorizaram o desconto expressamente perante a empresa;
- e - () a ação é parcialmente procedente porque o desconto só poderá ser efetuado em relação aos associados do sindicato e não em relação a todos os empregados;

28. Sobre a tutela antecipada é incorreto afirmar:

- a - () o limite objetivo da tutela é a coincidência em extensão com a prestação definitiva ou a procedência da inicial, caracterizada pela provisoriedade;
- b - () a tutela antecipada, como prevista no artigo 273, do CPC, pode ser concedida apenas em causas envolvendo direitos patrimoniais;
- c - () embora haja semelhança formal com a pretensão cautelar, dela se distingue a antecipação de tutela, não só em função da vida efêmera daquela, mas também por comportar exame do próprio direito afirmado, ainda que sob signo da provisoriedade;
- d - () poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, ainda que de ofício;
- e - () a tutela antecipada, como prevista no artigo 273, do CPC, exige, além do *periculum in mora*, prova inequívoca e verossimilhança da alegação, para sua concessão;

29. Sobre a Ação Monitória é incorreto afirmar:

- a - () estando a petição inicial devidamente instruída, com a prova escrita de que fala o artigo 1.102-a, do CPC, ou na falta desta, por notificação ou intimação, o juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento;
- b - () não se afeiçoa contra o Poder Público, uma vez que a Fazenda Pública goza do direito à execução especial, ante a subsunção do pagamento ao precatório constitucionalmente previsto;
- c - () ainda que o crédito tenha como origem compra e venda mercantil com pagamento a prazo e possa haver emissão das respectivas duplicatas, o credor pode optar por receber ser crédito via ação monitória, já que a simples emissão dos títulos não caracteriza a liquidez e a certeza da dívida;
- d - () não foge à regra do artigo 333, I e II, do CPC, a repartição do ônus probatório, na ação monitória;
- e - () no mandado de pagamento não poderá ser incluído o valor das custas processuais e dos honorários advocatícios;

30. Sobre a revelia, no processo do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a - () caracteriza-se pela ausência de defesa;
- b - () ocorre quando a parte deixa transcorrer *in albis* o prazo para apresentar sua defesa;
- c - () ocorre quando se pretende formular defesa fora do momento legalmente estabelecido, sem motivo relevante;
- d - () não elide a revelia o atestado médico do preposto que não declara expressamente sua incapacidade de locomoção no dia da audiência;
- e - () contra o revel correrão todos os prazos independentemente de intimação, mas poderá ele intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra;

31. Sobre o recurso especial é incorreto afirmar:

- a - () diversamente do que ocorre com o recurso extraordinário, o recurso especial será recebido no efeito devolutivo;
- b - () quanto à exigência do prequestionamento, a mesma resta satisfeita quando a questão jurídica é tratada no acórdão, e não quando apenas debatida pelas partes;
- c - () a má interpretação quanto aos fatos não rende ensejo ao oferecimento de recurso especial;
- d - () preceitos legais que não tenham sido apreciados na instância *a quo* não podem, validamente, servir como fundamento para a interposição do recurso especial, por ausência de prequestionamento;
- e - () admitido o conhecimento do recurso especial, o acórdão então prolatado substituirá, atento aos limites em que proferido, a decisão impugnada concomitantemente via recurso especial e recurso extraordinário;

32. Sobre a impenhorabilidade do bem de família, regulada pela Lei 8.009, de 29/03/1990, é incorreto afirmar:

- a - () para exclusão dos bens penhorados não há necessidade de interposição de embargos;
- b - () tendo dupla finalidade o imóvel, residencial e comercial, por existir um pequeno galpão - oficina no local, nele exercendo o executado seu ofício, nem por isso resta descaracterizado o bem de família, já que, no caso, prepondera o uso do imóvel como residencial;
- c - () é possível a utilização do mandado de segurança visando a exclusão do bem de família penhorado;
- d - () é possível a penhora do bem de família para garantir execução de despesas condominiais;
- e - () para se obter a proteção legal é necessária a prova da propriedade do imóvel;

33. Estando em curso execução contra devedor, este, diante da possibilidade de vir a ser penhorado seu veículo automotor, trata de aliená-lo. Sobre esta situação, é incorreto afirmar:

- a - () não formalizada a penhora, não houve, conseqüentemente, apreensão judicial, não estando o bem vinculado à execução;
- b - () não tendo havido a constrição judicial, o juiz não pode impedir a respectiva alienação;
- c - () mesmo que penhorado o bem, nem assim é viável impedir a sua alienação, pois, no plano jurídico, o executado continua com liberdade para vendê-lo;
- d - () constrito o bem, não aproveita o executado ou terceiro invocarem a alienação para fins de liberação do bem, já que, no tocante a execução, ineficaz a alienação;
- e - () de qualquer maneira, no caso em exame, por tratar-se de veículo automotor, seria ainda necessária a transferência no DETRAN, sem o que a pretendida transferência da propriedade não estaria completa e, portanto, válida;

34. Tratando-se de execução e, relativamente à caracterização de depositário infiel, é incorreto afirmar:

- a - () é de ser considerado depositário infiel o leiloeiro que aliena o bem colocado à venda em hasta pública e que, na condição de depositário, não entrega o valor arrecadado, no prazo legal;
- b - () no caso de bem imóvel penhorado, embora ocorrendo sua alienação, não há de falar na prisão de depositário infiel;
- c - () a desoneração do encargo judicial de depositário somente se dá com autorização do órgão jurisdicional, já que se trata de obrigação personalíssima;
- d - () é desnecessária a intimação pessoal do depositário para a entrega do bem depositado ou o seu equivalente em dinheiro;
- e - () dívida decorrente do não pagamento de impostos e taxas regulares que recaiam sobre o bem penhorado, não enseja a prisão do depositário proprietário do respectivo imóvel, que, procedendo à entrega do bem, não pode ser tido como depositário infiel, e quanto à dívida, poderá ser objeto de execução por meios próprios;

35. Numa execução fiscal a executada ofereceu bens integrantes de seu ativo estático de difícil e/ou improvável liquidação e, à falta de outros bens, requereu o exequente fosse deferida a penhora sobre o faturamento da executada. Quanto a esse requerimento, é incorreto afirmar:

- a - () é possível sustentar sua plausibilidade, com base na lei 6.830/80 e no CPC;
- b - () há controvérsia jurisprudencial acerca dessa possibilidade, havendo os que entendem viável e os que sustentam a impraticabilidade de tal medida;
- c - () é possível sustentar que não se traga de uma medida plausível, pois a penhora em faturamento pode tornar a empresa inviável;
- d - () é possível sustentar que, para ser admissível tal medida, há que se impor um limite, não sendo lícito se admitir a penhora sobre o faturamento total da empresa, pois, nesse caso, sim, é que haveria o risco de tornar a empresa inviável;
- e - () a questão já está superada na jurisprudência, que, de forma unânime e pacífica, aceita a penhora sobre o faturamento da empresa, desde que haja um limite;

36. Sobre o depósito do bem penhorado não é certo afirmar:

- a - () ao executado não pode ser confiada a guarda do bem penhorado, por incompatibilidade evidente entre as qualidades de executado e depositário;
- b - () ao executado pode ser confiada a guarda do bem penhorado, por não haver incompatibilidade entre as qualidades de executado e depositário;
- c - () para que o executado possa ficar como depositário do bem penhorado é necessária a concordância do exequente;
- d - () estando o executado como depositário do bem penhorado, está configurado um verdadeiro depósito;
- e - () reside na penhora e no depósito a segurança do Juízo;

37. Sobre a prova pericial não é certo afirmar:

- a - () não há falar em indispensabilidade de termo de compromisso para o perito;
- b - () não há falar em indispensabilidade de termo de compromisso para o assistente técnico;
- c - () não há falar em indispensabilidade de termo de compromisso nem para o perito, nem para o assistente técnico;
- d - () apenas o perito, e não o assistente técnico, pode ser recusado por impedimento ou suspeição;
- e - () tanto o perito como o assistente técnico podem ser recusados por impedimento ou suspeição;

38. No que se refere à testemunha, no processo do trabalho, é incorreto afirmar:

- a - () comparece para depor em audiência independentemente de qualquer notificação ou intimação;
- b - () não atendendo ao chamado para depor, deverá ser requerida a intimação da testemunha, o que deverá ser feito até o início da respectiva audiência;
- c - () não atendendo ao chamado para depor, deverá ser requerida a intimação da testemunha, o que deverá ser feito por petição, até cinco dias antes da audiência;
- d - () uma vez intimada, a testemunha terá que comparecer, sob pena de, não o fazendo, ser conduzida de forma coercitiva, além de se sujeitar a multa prevista na CLT, para o caso de não comparecimento sem justificativa;
- e - () cada uma das partes não poderá indicar mais de seis testemunhas, quando se tratar de inquérito;

39. Sobre a figura do preposto do empregador, na Justiça do Trabalho, não é correto afirmar:

- a - () o Tribunal Superior do Trabalho já firmou entendimento de que deve ser empregado de quem o nomeou;
- b - () para atuar como preposto não é preciso ser representante legal da empresa;
- c - () aquele que, num processo, atuou como preposto, pode prestar depoimento como testemunha em outros processos;
- d - () aquele que, num processo, atuou como preposto, não pode prestar depoimento como testemunha no mesmo processo;

e - () não se pode impedir de depor como testemunha do empregador aquele que, no mesmo feito, atuou como preposto, desde que haja a prévia nomeação de outro preposto;

40. Sobre a ação declaratória de constitucionalidade é incorreto afirmar que pode propô-la:

- a - () o Procurador-Geral da República;
- b - () o Partido Político com representação no Congresso;
- c - () a Mesa da Câmara dos Deputados;
- d - () o Presidente da República;
- e - () a Mesa do Senado Federal;

41. Sobre a disciplina do agravo retido, no CPC, é incorreto afirmar:

- a - () não será conhecido pelo Tribunal se não for expressamente requerida, por ocasião da apresentação das razões ou na resposta da apelação, sua apreciação;
- b - () face a sua interposição, o juiz poderá reformar sua decisão, após ouvida a parte contrária, em cinco dias;
- c - () o agravo retido independe de preparo;
- d - () será sempre e apenas retido o agravo das decisões posteriores à sentença;
- e - () o prazo para a interposição do agravo retido é de dez dias;

42. Sobre o depoimento de testemunha, em audiência trabalhista, não é correto afirmar;

- a - () o compromisso de dizer a verdade é tomado ao início da inquirição;
- b - () antes de ser qualificada, a testemunha presta o compromisso legal;
- c - () antes de prestar o compromisso legal, a testemunha será qualificada;
- d - () regra geral, com exceção dos incapazes, impedidos e suspeitos, todos podem depor como testemunhas;
- e - () em sendo necessário, podem ser ouvidas testemunhas impedidas ou suspeitas;

43. Sobre as convenções da Organização Internacional do Trabalho é incorreto afirmar:

- a - () são tratados multilaterais de caráter normativo e que se sujeitam à ratificação por parte dos Estados Membros que compõem a Organização;
- b - () seu objetivo é o de produzir efeitos jurídicos uniformes para os que vivem nos Estados que resolveram adotá-las, o que deve ser feito de maneira soberana, sem interferências externas;
- c - () não são o mesmo do que um Tratado - Contrato, já que este obriga apenas as partes que nele são identificadas;
- d - () como determina a Constituição da Organização Internacional do Trabalho, incumbe ao governo de cada Estado Membro remetê-las à autoridade que detenha competência para sua aprovação;
- e - () no Brasil, uma vez aprovadas pelo Congresso Nacional, passam a fazer parte do nosso direito positivo;

44. Sobre a possibilidade de pessoa jurídica ser considerada vítima de dano moral é incorreto afirmar:

- a - () há doutrina que admite venha a ser a pessoa jurídica vítima de dano moral;
- b - () há doutrina que não admite venha a ser a pessoa jurídica vítima de dano moral;
- c - () é possível sustentar que, se a Constituição Federal de 1988, nos incisos V e X do seu artigo 5º, ao cuidar do dano moral, não fez qualquer distinção entre pessoas físicas ou jurídicas, não cabe ao aplicador do direito fazê-lo, de modo a afastar a possibilidade, que então, existe, de a pessoa jurídica ser vítima de dano moral;
- d - () já há jurisprudência favorável à tese da admissibilidade de a pessoa jurídica ser vítima de dano moral;
- e - () a jurisprudência já se sedimentou no sentido de não admitir venha a ser pessoa jurídica vítima de dano moral, sob o fundamento de ter este como base danos espirituais, danos da alma, estranhos à pessoa jurídica, uma ficção do direito, a qual, portanto, só pode ter prejuízo material;

45. Sobre os princípios gerais de direito é correto afirmar:

- a - () estão, hierarquicamente, abaixo da lei;
- b - () estão, hierarquicamente, acima da lei;
- c - () em atrito com a lei, esta é que deve ser observada;
- d - () não podem ser invocados princípios contrários à lei;
- e - () não podem ser validamente invocados para defender uma posição, relativa a uma matéria, se há texto legal dispondo sobre essa matéria;

46. Sobre a eleição e o mandato do Presidente da República é incorreto afirmar:

- a - () A Constituição Federal prestigia o princípio da maioria absoluta para a eleição de Presidente da República;
- b - () decorridos quinze dias da data fixada para a posse, se o Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, o mesmo será declarado vago;
- c - () a eleição deverá se realizar noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente;
- d - () o Presidente eleito tomará posse no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição, perante o Congresso Nacional, em sessão conjunta;
- e - () não estando o Congresso Nacional reunido para a posse do Presidente eleito, será convocado extraordinariamente pelo Presidente do Senado Federal;

47. Entre as atribuições privativas do Senado Federal não se inclui:

- a - () processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade;
- b - () processar e julgar os Ministros de Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade;
- c - () processar e julgar o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

- d - () processar a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro do prazo legal;
- e - () suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

48. Uma das formas pelas quais o Congresso Nacional desenvolve suas atividades é pela legislação. Quanto a esta, é incorreto afirmar:

- a - () uma legislatura tem a duração de quatro anos;
- b - () o período de duração de uma legislatura corresponde ao período que vai do começo do mandato dos membros do Congresso Nacional e se estende até o término do mesmo;
- c - () o período de duração de uma legislatura corresponde ao período que vai do começo do mandato dos membros da Câmara dos Deputados e se estende até o término do mesmo;
- d - () há de ser atribuída grande importância à legislatura, já que a mesma marca o período de funcionamento de cada Congresso;
- e - () nem todas as afirmações acima são corretas;

49. Aplica-se, na vigência ou na rescisão de pacto laboral, a arrecadação e recolhimento da contribuição devida ao competente órgão da administração financeira do Instituto Nacional de Seguro Social, do seguinte rendimento:

- a - () gratificação de quebra de caixa;
- b - () abono de férias com mais 1/3;
- c - () aviso prévio indenizado;
- d - () auxílio-natalidade;
- e - () salário-família;

50. Analise as proposições abaixo transcrita e, considerando o que dispõe a Constituição Brasileira, assinale:

- a - () são verdadeiras a I, II e V;
- b - () são verdadeiras a II, IV e V;
- c - () são falsas a I, III e IV;
- d - () são falsas a II, III e V;
- e - () são todas verdadeiras

I - compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, mandado de segurança contra atos do Presidente da República, dos Ministros de Estado, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

II - compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais dos Estados, quando a decisão for denegatória;

III - conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, a soberania e a cidadania;

IV - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

V - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

51. Assinale a alternativa incorreta:

a - () a faculdade de anular os atos ilegais é ampla para a Administração, podendo ser exercida de ofício;

b - () autarquias são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas, tendo, portanto, autonomia política e administrativa;

c - () entidade paraestatal é pessoa jurídica de direito privado, com função pública atípica, delegada pelo Estado;

d - () a autarquia não age por delegação; age por direito próprio e com autoridade pública, na medida do *jus imperii* que lhe foi outorgado pela lei que a criou;

e - () as fundações públicas integram a Administração Indireta, ao lado das autarquias e das entidades paraestatais, e prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do poder público, mas de interesse coletivo.

52. A punição administrativa ou disciplinar:

a - () depende de processo civil ou criminal, sendo assegurado ao servidor público ampla defesa;

b - () não depende de processo civil ou criminal, podendo ser aplicada em sendo apurada a falta funcional pelos meios administrativos adequados;

c - () a absolvição criminal do servidor poderá afastar o ato punitivo;

d - () são corretas as alternativas “a” e “c”;

e - () é incorreta apenas a alternativa “a”.

53. Assinale a alternativa correta:

a - () a responsabilidade civil do agente público pelos danos que causar a terceiros é objetiva;

b - () pela atual teoria da responsabilidade objetiva, somente os atos de gestão praticados por agentes administrativos com danos a terceiros podem gerar a responsabilidade civil da Administração;

c - () o legislador constituinte responsabilizou objetivamente a Administração por atos predatórios de terceiros, hipótese em que a indenização deve abranger o dano emergente e os lucros cessantes, bem como honorários advocatícios, correção monetária e juros de mora, se houver atraso no pagamento;

d - () os atos políticos sujeitam-se ao controle judicial comum, competindo ao Poder Judiciário, depois de verificar sua natureza e fundamentos políticos, examinar seu conteúdo e valorar seus motivos;

e - () todas as afirmações supra são incorretas.

54. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () a absolvição de servidor público por ausência de culpabilidade penal não produz efeito algum nos processos civil e administrativo;
- b - () a condenação criminal faz coisa julgada relativamente à culpa do agente público, sujeitando-o à reparação do dano e às punições administrativas;
- c - () a ação regressiva da Administração contra servidor, destinada à reparação patrimonial, não se transmite aos herdeiros e sucessores do servidor culpado;
- d - () a ação regressiva da Administração contra servidor, destinada à reparação patrimonial, pode ser instaurada mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função, por disponibilidade, aposentadoria, exoneração ou demissão;
- e - () provando que a vítima concorreu com dolo ou culpa para o evento danoso, não subsiste a responsabilidade da Fazenda Pública.

55. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a 50 (cinquenta) hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho e de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, mesmo em se tratando de imóvel pertencente a empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo em vista as normas especiais que regem o usucapião *pro labore*;
- b - () o ato judicial típico pode ensejar responsabilidade civil da Fazenda Pública;
- c - () os particulares podem utilizar bens dominiais através de locação, arrendamento, comodato, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e enfiteuse;
- d - () os bens das entidades paraestatais são considerados bens públicos com destinação especial, mas prestam-se a oneração como garantia real, sujeitam-se a penhora por dívida da entidade, podendo ser alienados na forma estatutária, independente de lei, se móveis;
- e - () as terras devolutas da União, dos Estados e dos Municípios são passíveis de legitimação de posse para transferência do domínio público ao particular que a ocupa por longo tempo.

56. Assinale a alternativa correta:

- a - () os atos legislativos são passíveis de anulação judicial pelos meios processuais comuns;
- b - () o processo legislativo não é passível de qualquer controle judicial;
- c - () compete ao Poder Judiciário o controle dos atos políticos, especialmente para apreciação de seu conteúdo e valoração de seus motivos ;
- d - () todas as alternativas anteriores são incorretas;
- e - () é incorreta apenas a alternativa “c”.

57. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () as microempresas, desde que dedicadas ao comércio, estão sujeitas à falência;
- b - () o requerimento de falência somente pode ser feito por credor comerciante, pois a lei exige do requerente prova de ter firma inscrita, ou contrato ou estatutos arquivados no registro de comércio;
- c - () pode ser revogado ato praticado pelo devedor antes da falência, com a intenção de prejudicar terceiros, provando-se a fraude do credor e do terceiro que com ele contratar, ainda que para a celebração do ato houvesse precedido sentença executória;
- d - () os detentores de créditos trabalhistas não se sujeitam aos efeitos da concordata concedida ao empregador;
- e - () desde o momento da abertura da falência o devedor perde o direito de administrar os seus bens e deles dispor.

58. Assinale a alternativa correta:

- a - () o síndico da massa falida pode transigir sobre dívidas e negócios da massa, ouvindo o falido, se presente, e com licença do juiz, mesmo sem a prévia anuência dos credores habilitados;
- b - () no caso de sociedades comerciais, a decretação da falência provoca a extinção da personalidade jurídica, obrigando a que a representação da massa falida seja feita pelo síndico;
- c - () se o detentor de crédito privilegiado não promover sua habilitação dentro do prazo marcado pelo juiz da falência, nem por isso perderá o direito a seu crédito, mas somente participará dos rateios, como credor retardatário, por ocasião do pagamento dos credores quirografários;
- d - () os créditos previdenciários têm preferência sobre os créditos trabalhistas de natureza indenizatória;
- e - () nenhuma das alternativas é correta.

59. Assinale a alternativa correta:

- a - () a decretação da falência extingue a personalidade jurídica da sociedade;
- b - () o encerramento da falência, com a liquidação das obrigações da sociedade falida, extingue a personalidade jurídica desta;
- c - () as coisas vendidas a crédito ao falido nos 15 dias anteriores ao requerimento da falência podem ser restituídas ao vendedor que as pedir, pelo juiz da falência, se ainda não alienadas pela massa, mesmo que o patrimônio do falido se torne insuficiente para o pagamento dos créditos trabalhistas e fiscais;
- d - () não é possível a decretação da falência de um comerciante se existente um único credor, pois inviabilizado estaria o concurso de credores;
- e - () nenhuma das alternativas é correta.

60. Assinale a alternativa correta:

- a - () o estabelecimento comercial pode ser penhorado unicamente em execuções trabalhistas e fiscais se pertencer a sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo capital social tenha sido totalmente integralizado;

- b - () existindo vários estabelecimentos sucursais de uma única sociedade, em cidades distintas, cada um responde apenas pelas obrigações que tiverem origem no local em que estão situados, salvo o caso de falência;
- c - () dentre os elementos incorpóreos do estabelecimento comercial incluem-se o ponto comercial, os contratos, os créditos, as dívidas e o título do estabelecimento;
- d - () não basta, para a aquisição da personalidade jurídica, ser o contrato de sociedade comercial lavrado por escritura pública em Tabelionato de Notas. Mister se faz seja levado a registro no Cartório do Registro de Títulos e Documentos do local em que a sociedade comercial manterá sua sede;
- e - () nenhuma das alternativas é correta.

61. Sobre a aplicação da lei penal é correto afirmar:

- a - () considera-se praticado o crime no momento em que a ação ou omissão encontra o resultado danoso;
- b - () a *lex mitior* beneficia o agente em casos de ultra-atividade e de retroatividade;
- c - () a Lei 7.783, de 28/07/1989, que revogou expressamente a Lei 4.330, de 1º/06/1964, beneficiou todos os agentes de crimes de greve, menos aqueles condenados por sentença já transitada em julgado;
- d - () a lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, admitindo a retroatividade da lei posterior apenas para beneficiar o agente;
- e - () o princípio da retroatividade mais benéfica pode ser aplicado sem reservas para os complementos de normas penais em branco.

62. Sobre os crimes contra a Administração Pública é incorreto afirmar:

- a - () para efeito de responsabilização penal é considerado funcionário público todo aquele que desempenhe função pública remunerada, seja o cargo criado ou não por lei;
- b - () o crime de advocacia administrativa pode ter como sujeito ativo funcionário público sem formação jurídica;
- c - () o crime de concussão é formal, se consuma com a exigência da vantagem, e seu tipo objetivo compreende tanto a atuação direta do agente quanto a indireta;
- d - () o crime de prevaricação não admite forma culposa;
- e - () o crime de condescendência criminosa não admite tentativa.

63. Sobre o princípio da continuidade é incorreto afirmar:

- a - () o contrato subsiste na hipótese de nulidade parcial;
- b - () o contrato permanece íntegro em caso de sucessão de empresas;
- c - () sua aplicação concreta beneficia apenas o empregado;
- d - () havendo impossibilidade temporária de execução não se verifica a extinção do contrato;
- e - () impõe limitações à adoção de contratos a termo.

64. Sobre os contratos com duração determinada é correto afirmar:

- a - () não requerem necessariamente forma expressa;
- b - () são compatíveis com o instituto da estabilidade;
- c - () não asseguram garantia ao tempo de serviço;
- d - () podem requerer a dação de aviso prévio;
- e - () admitem mais de uma renovação.

65. Sobre a configuração e os elementos do contrato de emprego é correto afirmar:

- a - () é sinalagmático, comutativo e real ;
- b - () supõe onerosidade, exclusividade e profissionalidade;
- c - () é negócio jurídico bilateral que não se enquadra no âmbito da autonomia privada;
- d - () implica alteridade porque corresponde a uma *facienda necessitas*;
- e - () pode ser acompanhado de pactos acessórios.

66. Sobre a solidariedade passiva é correto afirmar:

- a - () o dono da obra não responde pelas dívidas contraídas pelo subempreiteiro;
- b - () a empresa tomadora é solidariamente responsável pelas obrigações não adimplidas pela empresa de trabalho temporário em todas as hipóteses;
- c - () a licitação de serviços públicos não exclui a responsabilidade do tomador;
- d - () no meio rural somente o tomador da mão-de-obra responde pelas obrigações trabalhistas;
- e - () todas as alternativas são incorretas.

67. Assinale a alternativa incorreta:

- a - () os “chapas”, as “faxineiras diaristas” e os bóias frias” são empregados porque seu labor é subordinado;
- b - () o trabalhador temporário labora mediante subordinação;
- c - () o trabalhador avulso labora mediante subordinação;
- d - () o trabalhador avulso, antes da Constituição de 1988, já tinha direito a 13º salário, férias, FGTS e salário família;
- e - () o menor aprendiz labora sem vínculo empregatício.

68. Sobre a proteção ao salário do empregado é correto afirmar:

- a - () são absolutamente impenhoráveis os direitos do trabalhador executado decorrentes de reclamação trabalhista;
- b - () a concordata do empregador impede a execução do crédito trabalhista;
- c - () o salário, como regra geral, pode ser pago a terceiro munido de procuração com poderes específicos;
- d - () a exigência de pagamento em moeda de curso legal não é absoluta;
- e - () empréstimos do empregador ao empregado, via de regra, podem ser descontados em folha.

69. Sobre o ato de improbidade é incorreto afirmar:

- a - () pode assumir, em determinadas situações, as características de algumas hipóteses de ilícito penal;

- b - () sem a existência de dolo não há falar em ato de improbidade;
- c - () basta o elemento culpa para caracterizá-lo;
- d - () é possível de ser praticado fora da empresa;
- e - () caracteriza-se também quando praticado contra terceiros.

70. Com relação a Carteira de Trabalho e Previdência Social é correto afirmar:

- a - () é emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da Administração Direta ou Indireta e, na hipótese de inexistir convênio com os órgãos indicados ou na inexistência destes, poderá ser admitido convênio com os sindicatos para o mesmo fim ;
- b - () o menor, com idade legal para trabalhar, desde que com a autorização do pai, da mãe, do responsável legal ou da autoridade judicial competente, poderá obter a sua Carteira do Trabalho e Previdência Social;
- c - () para obtê-la, o interessado comparecerá pessoalmente ou por procurador, ao órgão emitente, para identificação, ocasião em que serão prestadas as declarações necessárias;
- d - () será obrigatoriamente apresentada contra recibo pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de setenta e duas horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver;
- e - () em dissídio individual no qual se postule o reconhecimento da existência de vínculo empregatício, se acolhido o pedido, o juiz deverá determinar, na sentença, que a autoridade administrativa competente proceda às anotações devidas na Carteira de Trabalho e Previdência Social do reclamante, de acordo com o fixado na decisão.

71. Sobre os efeitos da decretação da falência do empregador no contrato de trabalho é incorreto afirmar:

- a - () a falência, assim como a concordata, não é caso de força maior, não provocando, necessária e invariavelmente, o rompimento do contrato de trabalho;
- b - () o contrato de trabalho, como contrato bilateral, não se resolve pela falência e pode ser executado pelo síndico, se achar de conveniência da massa;
- c - () a possibilidade de decretação da falência é um risco do empreendimento, a ser assumido pelo empregador, o qual não pode ser transferido ao empregado;
- d - () na falência, constituirão créditos privilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito;
- e - () na falência, rompido o pacto laboral, são indevidos o aviso prévio e a multa de 40% do FGTS.

72. Sobre a promoção é incorreto afirmar:

- a - () o empregado não pode recusá-la, a não ser que tenha motivos relevantes e justificáveis para assim proceder;
- b - () não havendo, da parte do empregador, algum abuso de direito ou conduta maliciosa, não poderá o empregado recusá-la;
- c - () passando a trabalhar numa empresa onde a possibilidade de promoção sempre existe, o empregado a aceita, ainda que sem expressa manifestação, no particular, no momento de sua contratação;

- d - () o empregador, por seu turno, sempre conta com a possibilidade de promover o empregado, o que, se assim não fosse, poderia causar-lhe prejuízos;
- e - () como se trata de uma alteração contratual, só será possível e válida se com ela anuir o empregado, o qual não terá obrigação alguma de aceitá-la ou justificar sua recusa, se não a quiser.

73. Sobre o empregado a domicílio é incorreto afirmar:

- a - () a personalidade deixa de ser necessária, já que o trabalho não é executado sob as vistas do empregador;
- b - () a personalidade continua sendo necessária e não restaria desfigurada se houvesse uma pequena colaboração de outras pessoas;
- c - () como a responsabilidade pela execução do serviço será do empregado a domicílio, a personalidade continua a ser um elemento imprescindível;
- d - () se há relação de emprego, o requisito da personalidade é de ser observado, em nada se alterando a situação, por se tratar de empregado a domicílio;
- e - () sem o requisito da personalidade, não há visualizar um pacto laboral.

74. Sobre o elemento *intuitu personae* do contrato de trabalho é correto afirmar:

- a - () se aplica apenas e exclusivamente ao empregado;
- b - () é de ser observado, regra geral e de maneira igual, tanto para o empregado quanto para o empregador;
- c - () se aplica, apenas e exclusivamente, ao empregador;
- d - () é de ser observado, como regra geral, para o empregado, cabendo, em situações excepcionais e especialíssimas, sua observância também quanto ao empregador;
- e - () sua aplicação não deve ser vista como uma regra geral, no que toca ao empregado.

75. Dirigente sindical dispensado ajuizou reclamação trabalhista pleiteando reintegração liminar e alegando dano irreparável ao direito de representação da categoria que o elegeu. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () o juiz extingue o processo por ilegitimidade de parte, pois o dirigente sindical não detém legitimidade para, individualmente, defender o direito de representação da categoria, prerrogativa que pertence ao sindicato;
- b - () o juiz extingue o processo porque esta medida só pode ser requerida através de cautelar e não como pleito no processo principal;
- c - () o pedido só pode ser deferido após a proferição de decisão de mérito;
- d - () o pedido só poderá ser concedido após o trânsito em julgado da decisão proferida porque nosso ordenamento jurídico não admite execução provisória de obrigação de fazer;
- e - () o juiz poderá deferir a pretensão liminarmente desde que presentes os requisitos legais.

76. Viajante que tem seu domicílio em Limeira foi contratado por empresa situada na cidade de São Paulo, mas durante todo o tempo trabalhou em várias cidades, por diferentes períodos, cobrindo a região sul do Estado de Minas Gerais, locais em que a empregadora não dispunha de nenhuma agência ou filial. Neste caso, qual o foro competente para o ajuizamento da reclamação trabalhista?

- a - () a cidade em que o empregado tenha domicílio ou localidade mais próxima;
- b - () qualquer localidade na qual o empregado prestou serviços;
- c - () a localidade em que o empregado foi contratado;
- d - () a última localidade em que trabalhou;
- e - () a localidade em que trabalhou por mais tempo.

77. Sentença de 1º grau que julgou a ação parcialmente procedente foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho em grau recursal ordinário. Entretanto, o autor continua achando que houve injustiça porque a prova foi mal apreciada. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () deverá interpor embargos declaratórios;
- b - () deverá interpor recurso de revista para que o Tribunal Superior do Trabalho aprecie se houve ou não injustiça e se a prova foi devidamente analisada;
- c - () sob este fundamento não cabe nenhum outro recurso;
- d - () só poderá interpor recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal e, assim mesmo, se ocorreu afronta direta e literal a norma constitucional;
- e - () poderá interpor embargos infringentes se ocorreu divergência jurisprudencial com acórdão proferido por outra Turma do mesmo Regional ou de outro Tribunal.

78. Nos autos de reclamação trabalhista o autor requereu a concessão de liminar para sustar ordem de transferência que alegou ser ilegal. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () é possível a concessão de tutela antecipada liminarmente, desde que presentes os requisitos legais;
- b - () só é possível a concessão da tutela antecipada após citação do réu e justificação prévia;
- c - () é incabível a tutela antecipada porque nosso direito não a admite em relação a obrigação de fazer;
- d - () só é possível a concessão de tutela antecipada se o autor apresentar garantias quanto a possibilidade de reversão ao *statu quo ante*;
- e - () só é possível a concessão de tutela antecipada através de execução provisória.

79. Sobre o princípio do contraditório é correto afirmar:

- a - () foi disciplinado pelo CPC e garante a igualdade das partes;
- b - () foi agasalhado pela Constituição federal e disciplinado por normas infra-constitucionais e consiste na garantia que se concede à parte, contra quem se produz uma prova ou alegação, de conhecê-la e contrapô-la;
- c - () estabelece que a prova produzida pelas partes deve ser analisada sob a lógica do razoável;
- d - () estabelece que as partes deverão produzir provas no mesmo momento processual;
- e - () estabelece que o exame da prova constante dos autos deve pautar-se pelo critério de justiça das decisões.

80. Em reclamationária plúrima, que não constitui litisconsórcio necessário unitário, quatro reclamantes, com interesses distintos, contrataram quatro advogados diferentes. Proferida a decisão, apenas um interpôs recurso ordinário. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () a interposição do recurso por um, aproveita aos demais;
- b - () a interposição de recurso por um, só a este aproveita, pois o advogado que o subscreveu, como representante processual de apenas um dos reclamantes, não detém mandato que o habilite a recorrer em nome dos demais;
- c - () independentemente da falta de outorga de mandato pelos demais autores ao advogado que subscreveu o recurso, todos os reclamantes passam a deter a condição de recorrentes;
- d - () o recurso só abrangerá a todos em caso de decisão mais favorável;
- e - () antes do julgamento do recurso ordinário os autos devem baixar, para que os demais reclamantes possam regularizar a representação processual, através de substabelecimento ao advogado que subscreveu o recurso.

81. Antônio foi contratado e prestou serviços como digitador para a empresa XYZ na cidade de São Paulo, local onde morava. Despedido, mudou-se para Campinas e aqui ajuizou reclamação trabalhista. O empregador compareceu em juízo, apresentou defesa alegando prescrição e, em seguida, contestou o mérito. Em grau recursal, o Regional afastou a prescrição acolhida em 1º grau e determinou a baixa dos autos para julgamento do mérito. Antes de ser proferida esta decisão, a reclamada peticionou alegando incompetência em razão do lugar. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () por se tratar de exceção de incompetência deve ser julgada antes do mérito;
- b - () a exceção deve ser acolhida e remetidos os autos a São Paulo para proferição da decisão de mérito;
- c - () a exceção não pode ser acolhida porque se trata de incompetência relativa, que não foi oposta no momento processual oportuno, o que veio prorrogar a competência do Juízo de Campinas, a quem cabe cumprir integralmente o acórdão;
- d - () a exceção não pode ser acolhida porque devia ter sido interposta diretamente perante o Tribunal, antes do julgamento do recurso;
- e - () a exceção não pode ser acolhida porque o Direito do Trabalho deve proteger o empregado, hipossuficiente, para quem é mais fácil acompanhar a ação em Campinas do que em São Paulo.

82. A empresa BCD ajuizou ação rescisória sob a alegação de que documento novo, consistente num recibo firmado após o trânsito em julgado da decisão, comprovaria a quitação integral do débito, tornando incabível a execução de título já pago. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () a ação é procedente porque a parte tem o direito de apresentar qualquer documento novo em Juízo, desde que ratificado pelo adverso;
- b - () a ação é improcedente porque o documento novo referido por lei consiste naquele já existente à época do processo principal, cuja existência a autora da rescisória ignorava ou não pôde apresentar em momento oportuno, por circunstâncias alheias à sua vontade;

- c - () a ação é procedente porque cabe ao juiz apreciar a alegação de fato superveniente;
- d - () a ação é procedente por ser impossível a execução de uma dívida que já foi paga espontaneamente, logo depois da sentença ter transitado em julgado;
- e - () a ação é procedente porque o compromisso maior do Direito é com a primazia da realidade.

83. A propositura de ação rescisória sob o fundamento de que houve violação de norma legal exige a indicação precisa da lei referida. Nesse sentido, é correto afirmar:

- a - () caracteriza-se a violação quando houve interpretação expressamente diversa daquela acolhida pela jurisprudência dominante;
- b - () caracteriza-se a violação quando houve interpretação parcialmente diversa daquela acolhida pela jurisprudência dominante;
- c - () caracteriza-se a violação quando ocorreu divergência frontal com a tendência jurisprudencial majoritária;
- d - () caracteriza-se a violação quando ocorreu divergência parcial com a tendência jurisprudencial majoritária;
- e - () só cabe quando ocorrer ofensa a literal disposição de lei, não sendo assim considerada a decisão rescindenda que tiver se baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais;

84. Em reconvenção a reclamada requereu a devolução das ferramentas que foram subtraídas pelo empregado, fato que restou devidamente provado em juízo. Neste caso, é correto afirmar:

- a - () reconhecendo a procedência do pleito, a sentença determinará o pagamento da indenização respectiva;
- b - () reconhecendo a procedência do pleito, a sentença determinará o pagamento da indenização respectiva mas, só após a devida liquidação dos créditos trabalhistas, que tem preferência em razão de sua natureza alimentar;
- c - () reconhecendo a procedência do pleito, a sentença deixará a critério do empregado escolher se devolve as ferramentas ou se paga a indenização respectiva;
- d - () reconhecendo a procedência do pleito, a sentença determinará a devolução pretendida, convertendo tal obrigação de fazer em indenização apenas quando se revelar impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado;
- e - () a sentença não acolherá o pleito por ser incabível aduzir tal pretensão através de reconvenção.

85. Sobre a chamada legitimação extraordinária no processo do trabalho é incorreto afirmar:

- a - () a Constituição Federal não assegurou aos sindicatos profissionais a substituição ampla, para todas as matérias de interesse da categoria, segundo entendimento predominante do Tribunal Superior do Trabalho;
- b - () não é admissível para a cobrança de parcelas devidas ao FGTS;
- c - () não é admissível para a cobrança de horas extras;
- d - () é admissível para a cobrança de adicional de insalubridade;
- e - () é necessária a individualização de cada substituído na petição inicial, independentemente do número de trabalhadores beneficiados;

86. Sobre a sentença trabalhista é correto afirmar:

- a - () o juiz pode louvar-se em elementos meramente circunstanciais para proferir a sentença a que se refere o artigo 129 do CPC;
- b - () quando proferida em audiência única, pelo rito ordinário, pode prescindir de relatório, em nome da celeridade e instrumentalidade;
- c - () na fundamentação deve o juiz abordar todas as questões fáticas e jurídicas aventadas na inicial e na defesa, rebatendo um a um os argumentos deduzidos pelas partes;
- d - () não pode o juiz fundamentar a decisão apenas com base na suposta sinceridade de uma testemunha, em detrimento de outra;
- e - () a adoção de dispositivo indireto acarreta invariavelmente a nulidade do julgado;

87. Quando o Juiz do Trabalho constata a prática, por advogado, de infração que, em tese, constitui ilícito penal, e expede ofício à OAB e ao Ministério Público:

- a - () pratica ato jurisdicional, razão porque deve dar ao profissional a possibilidade de exercer sua defesa antes da providência;
- b - () pratica ato administrativo, não sujeito a contraditório na origem;
- c - () pratica ato correicional, escorado em lei;
- d - () exerce o *jus puniendi* em nome da administração da justiça;
- e - () todas as afirmativas são falsas;

88. Sentença Normativa estabeleceu reajuste salarial de 5% na data-base da categoria. Todavia, por ocasião do pagamento, o empregador descumpriu tal determinação, concedendo, apenas, o reajuste de 2%. Neste caso é correto afirmar:

- a - () que a sentença normativa se constitui num título executivo cujo cumprimento pode ser exigido diretamente através de atos expropriatórios ;
- b - () que a ação de cumprimento só poderá ser ajuizada após o trânsito em julgado da sentença normativa;
- c - () a ação de cumprimento poderá ser proposta pela Federação e assim beneficiar um número maior de trabalhadores;
- d - () a ação de cumprimento poderá ser proposta pelo sindicato profissional independentemente da outorga de poderes pelos associados;
- e - () nenhuma das alternativas é correta;

89. Quanto à celebração de convenção coletiva de trabalho por Federação de Trabalhadores é correto afirmar:

- a - () devem ocorrer quando a categoria profissional abranger vários Estados da Federação;
- b - () devem ocorrer quando a matéria discutida estiver relacionada a norma trabalhista federal;
- c - () só podem ocorrer quando destinadas a reger as relações de categorias não organizadas em sindicatos;
- d - () podem ocorrer quando os sindicatos profissionais e econômicos assim estabelecerem;
- e - () nenhuma das alternativas é correta;

90. Sobre os atos processuais, nas Justiça do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a - () requerem a observância do princípio da tipicidade;
- b - () requerem a observância do princípio da instrumentalidade;
- c - () podem realizar-se em dias úteis das 7:00 às 20:00 horas;
- d - () a penhora de bens pode ser realizada em feriados, mediante autorização do juiz;
- e - () admite-se o automatismo em atos de rotina;

91. Sobre o pedido, no dissídio trabalhista, é correto afirmar:

- a - () em observância ao princípio da adstrição do julgamento aos pedidos, devem estes ser interpretados restritivamente, inclusive no tocante aos juros legais;
- b - () quando o empregado alega a nulidade da dispensa por força de suposta estabilidade e requer a reintegração ao emprego, e, em caso de não acolhimento desta pretensão, requer também a condenação do empregador no pagamento de diferenças de verbas rescisórias e multa do artigo 477, § 8º, da CLT, formula pedido alternativo;
- c - () é admissível o pedido de condenação do empregador em horas extras vincendas, com base na habitualidade da prestação;
- d - () é possível a cumulação de pedido monitório na reclamação trabalhista, dada a observância dos princípios da informalidade e simplicidade, que regem o processo do trabalho;
- e - () todas as alternativas são incorretas;

92. Quanto à incorporação da convenção da organização internacional do trabalho ao ordenamento jurídico nacional é correto afirmar:

- a - () decorre automaticamente da filiação do país à Organização Internacional do Trabalho, independente de qualquer ato específico;
- b - () depende de lei;
- c - () depende de aprovação mediante decreto legislativo e posterior ratificação governamental;
- d - () depende de homologação pelo Supremo Tribunal Federal;
- e - () depende só de um ato administrativo do Poder Executivo;

93. Uma lei que revoga outra, também revogadora de lei anterior, restaura automaticamente a eficácia da primeira revogada?

- a - () sim, automaticamente restabelece-se a primeira lei;
- b - () si, eis que nosso ordenamento jurídico prevê o efeito repristinatório;
- c - () sim, pois todas as alterações posteriores foram revogadas pela última;
- d - () sim, porque as alterações posteriores se revelaram ineficazes, tanto que tiveram que ser revogadas;
- e - () não, prevalecem as disposições da última lei em vigor, pois todas as demais não perdem a condição de revogadas;

94. Quando uma Constituição Federal regulamenta de forma totalmente diferente toda a matéria anteriormente disciplinada por lei ordinária, é correto afirmar:

- a - () que a Constituição também deve estabelecer normas de transição compatibilizando o sistema anterior com o novo sistema;
- b - () que a lei ordinária perdeu seu fundamento de validade e deixou de ter eficácia;
- c - () que a lei ordinária permanece e pleno vigor até que outra lei ordinária a modifique ou revogue expressamente;
- d - () que a lei ordinária permanece em vigor, exceto se a Constituição expressamente determinar a sua revogação;
- e - () que a Constituição Federal não pode regulamentar de forma diferente matéria já disciplinada por lei ordinária federal;

95. O titular do direito de preempção ou preferência tem direito à prelação desde que:

- a - () haja igualdade de ofertas sob o aspecto quantitativo;
- b - () haja igualdade de condições;
- c - () haja igualdade de oportunidades;
- d - () seja recebido por herança;
- e - () ocorra conjuntamente igualdade de ofertas sob o aspecto quantitativo e igualdade de condições;

96. Contribuições previdenciárias decorrentes de decisões proferidas e acordos homologados pela Justiça do Trabalho devem ser executados:

- a - () *ex officio* pela Justiça Federal, face a natureza do débito;
- b - () pela Justiça Trabalhista;
- c - () pela Justiça Estadual Comum;
- d - () pela Justiça Federal mediante ajuizamento de ação pelo INSS;
- e - () pela Justiça Federal mediante o ajuizamento da ação pelo Ministério Público;

97. Sobres as cláusulas constantes de um contrato de adesão é correto afirmar:

- a - () devem ser interpretadas literalmente, para que nenhuma parte seja favorecida em detrimento de outra;
- b - () devem ser sempre interpretadas restritivamente e, na dúvida, em favor do contratante que se obrigou por adesão;
- c - () devem ser interpretadas de forma ampliativa ou restritiva dependendo de seu conteúdo;
- d - () são inválidas, por si só;
- e - () não poderão ser estipuladas em relação as questões trabalhistas;

98. Sobre os regulamentos expedidos pelos Órgãos Administrativos do Poder Executivo, que estabelecem restrições e proibições impedindo a formação de monopólios que visem a dominação dos mercados, é correto afirmar:

- a - () não podem ter sua aplicação permitida, por violar o princípio da livre iniciativa, garantido pela Constituição;

- b - () não podem ter sua aplicação permitida por usurpar funções do Poder Judiciário, único que detém o poder de julgar a situação fática a luz da lei;
- c - () não tem nenhuma eficácia porque a Constituição Federal garante a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica;
- d - () devem ser admitidos apenas parcialmente para não impedir o necessário desenvolvimento empresarial;
- e - () são regulares e estão em conformidade com os princípios constitucionais e preceitos norteadores da legislação ordinária, porque visam preservar o bem comum e o interesse público, impedindo o abuso do poder econômico e a eliminação da concorrência;

99. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado:

- a - () por Partido Político com representação na Assembléia Legislativa;
- b - () por Partido Político com representação no Congresso Nacional;
- c - () por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados;
- d - () pelo Governador de Estado e pelo Procurador-Geral da República;
- e - () por 1/3 dos membros do Senado Federal;

100. Sobre prescrição e decadência é incorreto afirmar:

- a - () se a violação do direito é continuada, de tal forma que os atos se sucedam de forma encadeada, a prescrição corre a contar do último;
- b - () decadência é o perecimento do direito, em razão do seu não exercício em um prazo pré determinado;
- c - () na prática a suspensão e a interrupção da prescrição acarretam as mesmas conseqüências;
- d - () a citação é mais importante causa de interrupção da prescrição;
- e - () nenhuma das alternativas é correta;

XV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
DA 15ª REGIÃO

1ª ETAPA

01 - C	11 - E	21 - E	31 - A	41 - D
02 - E	12 - D	22 - A	32 - C	42 - B
03 - E	13 - A	23 - B	33 - E	43 - E
04 - E	14 - C	24 - D	34 - D	44 - E
05 - D	15 - A	25 - C	35 - E	45 - B
06 - E	16 - E	26 - D	36 - A	46 - B Anulada
07 - D	17 - B	27 - A	37 - E	47 - D
08 - E	18 - B	28 - B	38 - C	48 - B
09 - E	19 - E	29 - A	39 - E	49 - A
10 - C	20 - D	30 - E	40 - B	50 - B

2ª ETAPA

51 - B	61 - B	71 - E	81 - C	91 - E
52 - E	62 - A	72 - E	82 - B	92 - C
53 - E	63 - C	73 - A	83 - E	93 - E
54 - C	64 - D	74 - D	84 - D	94 - B
55 - A	65 - E	75 - E	85 - B	95 - E
56 - D	66 - A	76 - A	86 - A	96 - B
57 - B	67 - A Anulada	77 - C	87 - C	97 - B
58 - A	68 - D	78 - A	88 - D	98 - E
59 - C	69 - C	79 - B	89 - C	99 - B
60 - E	70 - A	80 - B	90 - C	100 - C